



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

ALÉM DE UM CRIME
livro-reportagem sobre vítimas de
feminicídio em Campo Grande

VICTÓRIA DE OLIVEIRA

Campo Grande
NOVEMBRO/2023

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



ALÉM DE UM CRIME
livro-reportagem sobre vítimas de
feminicídio em Campo Grande

VICTÓRIA DE OLIVEIRA

Relatório apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina Projeto Experimental II do Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Orientador(a): Prof. Dr. Felipe Quintino Monteiro Lima

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



SUMÁRIO

Resumo	4
Introdução	5
1. Atividades desenvolvidas	6
1.1 Execução	9
1.2 Dificuldades encontradas	16
1.3 Objetivos alcançados	17
2. Suportes teóricos adotados	19
Considerações finais	30
Referências	31
Apêndice	34



RESUMO:

“Além de um crime” é um livro-reportagem que estabelece a narrativa de histórias de vítimas de feminicídio abordadas de uma maneira humanizada, a fim de distanciá-las do sensacionalismo e rapidez do jornalismo diário. Este trabalho objetiva evidenciar que a cobertura midiática retrata casos com maior foco nos assassinos e nas ações deles, e acaba deixando de lado a humanização da vítima. Foram retratadas a história de duas vítimas de feminicídio e de uma vítima de violência doméstica, com enfoque na vida delas antes e depois dos crimes. O presente trabalho traz opiniões de duas psicólogas, um delegado, uma advogada e familiares das vítimas, bem como partes de um processo para auxiliar na construção da narrativa. Também foram evidenciados partes da legislação de ambos crimes, bem como a descrição de violência doméstica, seus tipos, o ciclo de violência e locais de denúncia.

PALAVRAS-CHAVE: Feminicídio; Livro-reportagem; Violência doméstica; Patriarcado; Jornalismo



INTRODUÇÃO

O feminicídio é caracterizado pelo homicídio de mulheres apenas pela circunstância de ser mulher, conforme disposto na Lei nº 13.104/2015 (BRASIL, 2015), conhecida justamente como Lei do Feminicídio, sancionada em 09 de março de 2015 pela ex-presidenta Dilma Rousseff. Wânia Pasinato (2011) define este crime como a forma de violência mais extrema contra as mulheres. Nesses mais de oito anos de vigência da Lei, a ocorrência deste crime contra as mulheres sul-mato-grossenses oscilou ao longo dos anos. Em um comparativo, com base nos dados do Sistema de Estatística da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp)¹, no primeiro ano de vigência da Lei, Mato Grosso do Sul registrou 15 casos de feminicídio. Em 2016, 34 casos; em 2017, 28; em 2018, 31; em 2019, 29; em 2020, 38; em 2021, 31; até atingir a fatídica marca de 42 mulheres assassinadas em 2022.

A Capital, por sua vez, concentra a maior parte dos crimes quando comparada com as ocorrências em cidades do interior. Em 2022, dos 42 casos registrados em Mato Grosso do Sul, 13 mulheres tiveram suas vidas encerradas por companheiros, ex-companheiros e até familiares na cidade de Campo Grande. Os casos iniciaram em janeiro, com o assassinato de Franciele Guimarães Alcântara após diversas sessões de tortura orquestradas pelo companheiro, Adailton Freixeira da Silva, e encerraram apenas em dezembro, com o feminicídio de Cláudia Franciele Cabreira Pereira, também pelo companheiro Kaio Vinicius da Silva Maciel Gavioli.

Apesar de ambos casos terem como autores homens com relacionamentos amorosos com as vítimas, em nem todos crimes de feminicídio o assassino necessariamente é um parceiro desse tipo, conforme ressaltado por Gebrim e Borges (2014), que os divide em:

Feminicídio íntimo, que é aquele em que a vítima tinha ou havia tido uma relação de casal com o homicida, não se limitando às relações com vínculo matrimonial, mas estendendo-se aos conviventes, noivos, namorados e parceiros, além daqueles praticados por um membro da família, como o pai, padrasto, irmão ou primo; e feminicídio não íntimo, aquele em que a vítima não tinha qualquer relação de casal ou familiar com o homicida (GEBRIM e BORGES, 2014, p. 62).

Em todos os casos, os crimes são consumados sob circunstâncias de uma sociedade patriarcal e misógina, responsável por atribuir às mulheres papéis de submissão a homens e de pertencimento a figuras masculinas.

Este trabalho apresenta o processo produtivo do livro-reportagem Além de um crime, que aborda a história de duas vítimas de feminicídio em Campo Grande e de

¹ Disponível em: <http://estatistica.sigo.ms.gov.br/>



uma vítima de violência doméstica que fugiu para a capital sul-mato-grossense, no início dos anos 2000, e, após passar por um feminicídio tentado, fundou uma organização não-governamental que assiste mulheres vítimas desses crimes, bem como seus familiares no bairro Aero Rancho. De maneira a estabelecer uma narrativa humanizada, o produto jornalístico retrata a vida de Venuzina Fátima Mendes Leite antes do crime e como autores de feminicídio justificam o crime com base em argumentos patriarcais, machistas e que colocam mulheres como propriedades de homens.

Ainda, a narrativa é complementada com argumentos de psicólogas a fim de ressaltar que é possível quebrar o ciclo da violência, estabelecido pela psicóloga norte-americana Lenore Walker (1979), a qual identificou que as agressões entre parceiros ou ex-parceiros amorosos ocorrem dentro de um ciclo que é constantemente repetido, e recomeçar a vida longe dos agressores.

Os casos retratados foram pensados com base em facilidade em acesso às fontes e processos, uma vez que são recentes e exigem uma sensibilidade de amigos e familiares em reviverem crimes que destruíram famílias e a vida de mulheres.

A seleção de realizar um livro-reportagem como produto final se deu pela minha maior facilidade com a escrita de reportagens, especialmente pela possibilidade de utilizar o jornalismo literário para produção deste Trabalho de Conclusão de Curso. Outro ponto levado em consideração é a grande chance de imersão no relato de pessoas próximas ao convívio social com as vítimas, bem como a possibilidade de tratar de outros aspectos do feminicídio, como a violência contra mulher, o ciclo da violência e traçar canais de denúncia, de maneira mais detalhada em cada um dos capítulos do livro-reportagem.

1- ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Com o propósito de contar a história de vida de duas vítimas de feminicídio em Campo Grande de uma maneira humanizada, o livro-reportagem Além de um crime passou por diferentes etapas, que vão desde a seleção dos casos a serem abordados - os quais, inclusive, foram selecionados novamente entre o pré-projeto e o projeto final - até a escolha minuciosa de elementos visuais para compor a diagramação final do livro digital.

A ideia inicial, formulada no primeiro semestre deste ano, era retratar a história de duas vítimas de feminicídio da capital sul-mato-grossense do ano de 2022. As vítimas pré-selecionadas, Francielle Alcântara Guimarães e Patrícia Benites Serviam foram escolhidas com base na facilidade de acesso às fontes, isto é, amigos e familiares que forneceram entrevistas ao longo do ano passado, quando os crimes e julgamentos ocorreram, bem como para ressaltar os diferentes tipos de autores dos



crimes de feminicídio, uma vez que Francielle foi assassinada pelo marido e Patrícia, pelo irmão.

Com os casos selecionados e o pré-projeto aprovado pela banca do Prof. Dr. Mário Luiz Fernandes, o primeiro passo foi buscar os processos de cada caso, arquivados no Fórum de Campo Grande. Primeiramente, na metade de julho, entrei em contato com a assessoria de comunicação do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS), a qual me repassou para a assessoria do Fórum. Após duas trocas de e-mail, que continham informações sobre os crimes e o pedido de autorização ao juiz responsável pelos casos, fui até o Fórum na primeira semana de agosto e consegui a autorização para os documentos referentes aos casos de Francielle e Patrícia.

Nos processos, tive acesso a número de telefones de alguns parentes e amigos que prestaram depoimento na época dos casos, alguns, inclusive, eram os mesmos que forneceram as entrevistas mencionadas acima, e, com autorização da assessoria de comunicação do Fórum, entrei em contato com três familiares de Patrícia por mensagem de texto via WhatsApp. Esperei algumas semanas pela resposta e não obtive.

A comunicação com os familiares de Francielle foi diferente. No dia 31 de julho, entrei em contato com a filha dela por mensagem direta na rede social Instagram. A mensagem dizia: “oi, Erika. Tudo bem? Meu nome é Victória Bissaco, sou estudante de jornalismo da UFMS e estou fazendo meu trabalho de conclusão de curso sobre mulheres que tiveram suas histórias apagadas por crimes. Meu intuito é fazer um livro recontando as histórias dessas mulheres, dando um enfoque para quem elas eram e como as pessoas amadas lembram delas. Você topa me ajudar a reconstruir a história de sua mãe?”. Cerca de 20 minutos depois, ela respondeu “Oii boa tarde” e “topo sim”, em duas mensagens separadas.

Na mesma tarde, perguntei pela disponibilidade dela para marcarmos entrevista, a qual não foi respondida. Em 03 de agosto, voltei a iniciar contato com a filha de Francielle. No mesmo dia, respondeu que “é corrido para mim olhar o celular” e nada mais. Cinco dias depois, perguntei novamente uma indicação de data para marcarmos uma entrevista. Novamente, apenas respondeu que “marcaríamos”. No dia 09 de agosto, tentei novamente iniciar uma conversa, sem resposta.

Nesse ponto, ainda no início de agosto, desisti de tentar marcar as entrevistas tanto com a filha de Francielle, quanto com os familiares de Patrícia. Achei que todo o meu pré-projeto estaria perdido e que teria que iniciar do zero e passar novamente por uma banca de avaliação. Com auxílio do meu orientador, reformulamos o processo de produção sem perder a essência da ideia inicial para este livro-reportagem.

A ideia era, então, retratar as vítimas com base nas informações contidas nos processos e focar no contexto dos crimes, a fim retratar que os casos de feminicídio e



violência doméstica, apesar de se encontrarem em alguns pontos, possuem cenários distintos.

O primeiro entrevistado foi o delegado da 6ª Delegacia de Polícia Civil de Campo Grande, Camilo Kettenhuber Cavalheiro. A entrevista ocorreu em 31 de agosto. A seleção dele se deu após a leitura do processo de Francielle. Kettenhuber foi o delegado da parte inicial das investigações sobre a morte da mulher, que, primeiramente, foi registrada como “morte a esclarecer” antes de ser repassada à 1ª Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (1ª-Deam) como feminicídio. O delegado foi receptivo com a entrevista e me forneceu detalhes da investigação que não continham no processo. Elas foram fundamentais para a construção do capítulo 4, que foi o primeiro a ser escrito.

Alguns dias depois, na metade de agosto, conversei com o João Vitor Mendes Moraes, também estudante do curso de Jornalismo da UFMS, o qual aceitou me auxiliar na construção da história humanizada da mãe dele, Venuzina de Fátima Mendes Leite, ou apenas “Vênuz”, vítima de feminicídio entre o final de 2020 e o começo de 2021.

Após essa confirmação, abri, então, a seleção de casos e optei por retirar a história de Patrícia Benites e substituir pela de Vênuz, mantendo Francielle pelo processo que eu possuía em mãos e também pela singularidade do contexto no qual o feminicídio dela foi cometido. A partir disso, meu enfoque passou a ser conseguir o processo de Vênuz e as entrevistas com amigos e familiares dela. Após alguns envios de e-mail para o Fórum de Campo Grande, fui informada que deveria enviar um e-mail para a 1ª Vara do Tribunal do Júri e solicitar o acesso ao processo. Enviei dois e-mails em duas semanas e não obtive resposta.

Então, contatei novamente a assessora do TJMS, a qual respondeu “Vitória, seguinte: a Danúbia me explicou que ela já fez tudo o que é possível para te ajudar. Como o processo é da 1ª Vara do Júri, não temos mais o que fazer. Ela pediu pra você ir até o Fórum e conversar no cartório da 1ª do Júri. Não tem nada mais que possamos fazer. A assessoria de imprensa não pode acessar processo sem autorização”, junto a um número de telefone de um cartório no qual eu deveria ligar. Telefonei e o funcionário me encaminhou, novamente, para o e-mail da 1ª Vara do Tribunal do Júri. Novamente, não obtive resposta.

Com base nisso, eu e o prof. Dr. Felipe Quintino optamos por utilizar materiais veiculados em sites e jornais televisivos para ilustrar detalhes do caso de feminicídio de Venuzina, e assim foi feito. Ao todo, foram citados três portais digitais: Campo Grande News, Correio do Estado e Primeira Página para construir os capítulos 1 e 2, que retratam a história de Vênuz, e o capítulo 4, que conta a história do crime de Francielle e o julgamento do autor.

O segundo entrevistado foi João Vitor Mendes Moraes, o filho de uma das vítimas de feminicídio selecionadas. A entrevista com ele foi realizada no começo de



setembro. Foram mais de cinquenta minutos de gravação. Ele foi bem aberto e aceitou responder todas as perguntas. No entanto, não recordava com exatidão sobre alguns detalhes da vida da mãe, tampouco alguns acontecimentos que englobavam a vivência dos dois. Mesmo assim, foi uma entrevista que rendeu bastante conteúdo. Em 20 de setembro, quando fui decupar o material gravado, percebi que acabei excluindo sem querer. No dia 21, foi feito um novo contato com João e uma nova entrevista foi marcada para o dia 26 de setembro, que foi bem mais proveitosa que a anterior.

João Vitor, ainda, indicou-me para uma terceira fonte, uma das amigas de infância de Venuzina, Marcellly da Silva Santos. O contato foi feito por meio de mensagem de texto e, de imediato, ela aceitou conceder a entrevista. Encontramo-nos no dia 04 de outubro. A conversa rendeu duas horas, e foi essencial para traçar a história da vítima. Essas duas entrevistas em questão foram essenciais para a construção do prólogo e dos capítulos 1, 2 e 3.

A quarta entrevista foi realizada com a professora do curso de graduação e da pós-graduação em Direito da UFMS, Andrea Flores. Foi essencial para garantir algumas partes jurídicas e construir os capítulos 3 e 5.

A quinta e sexta entrevistas foram realizadas com duas psicólogas, uma com enfoque em relacionamentos abusivos, Mariane Antoniassi e a coordenadora de Projetos e Ações Temáticas da Subsecretaria de Políticas para a Mulher (Semu) de Campo Grande, Marcia Paulino. Cada profissional foi essencial para a construção dos panoramas de violência doméstica no estado, bem como a possibilidade de quebrar o ciclo da violência. As entrevistas com elas aparecem nos capítulos 2, 3, 5 e 6. Essas três entrevistas foram feitas entre 04 e 10 de outubro.

Por fim, a última entrevistada foi a fundadora da Associação de Capacitação e Instrução de Economia Solidária do Povo (Aciesp), Ceurecy Fátima Santiago Ramos. No começo, achei que apenas fosse falar das ações da ONG na capital, no entanto, contou-me sua história como vítima de violência doméstica também. Foi a partir desse relato que optamos, ainda, por incluir a possibilidade de dualidade do título Além de um crime: vítimas de feminicídio têm histórias anteriores ao crime e vítimas de violência doméstica, após o crime.

Os capítulos 1, 2, 3, 5 e 6, bem como o prólogo, introdução e agradecimentos, foram escritos durante o mês de outubro. O design gráfico foi discutido durante setembro e outubro e iniciado na penúltima semana de outubro, sendo finalizado no dia 06 de novembro.

91.1 Execução:

Texto e entrevistas

A primeira entrevista, com o delegado da 6ª-DP, foi realizada na própria delegacia, localizada na rua Souto Maior, Jardim Tijuca II. Para me deslocar até o local,



saí do bairro Tiradentes, por volta das 09h, de carro, e cheguei à delegacia às 09h30. As perguntas feitas ao delegado foram específicas do caso de Francielle e que preenchiam lacunas do processo, como “O senhor acredita que o filho da Francielle foi conivente com Adailton?”, “Por que o caso foi registrado como morte a esclarecer e não suicídio?” e “Quais consequências do feminicídio a gente pode tirar como sociedade de um caso brutal como esse?”, dentre outras. A entrevista foi gravada com o gravador de um celular e a qualidade do som foi excelente.

A segunda e terceira entrevistas, com João e Marcelly, foram gravadas em dias diferentes, porém, as duas na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Com João, gravei a primeira vez próximo à Concha Acústica e a segunda, em uma mesa do bloco de Jornalismo, em frente à sala do Laboratório de Redação 2. O mesmo local foi escolhido para gravar com Marcelly. O enfoque foi na vida de Venuzina, então, as perguntas foram elaboradas a fim de ressaltar as vivências de cada fonte e o relacionamento delas com a vítima. No geral, foram bem proveitosas. Acredito que uma entrevista completou a outra, e ambas trouxeram visões diferentes quanto a pessoa que Vênuz era. A entrevista de Marcelly foi fundamental para solucionar algumas questões da infância dela, que João não soube retratar. As três entrevistas também foram gravadas com um aparelho celular, e a qualidade do som não foi comprometida.

As entrevistas com a psicóloga Marcia Paulino e com a fundadora da Aciesp, Ceurecy Santiago também foram captadas presencialmente. Para ambas, desloquei-me ao local de atuação das duas - no caso de Marcia Paulino, a Semu, na região central, e o bairro Aero Rancho, no caso de Ceurecy Santiago. Essas duas entrevistas foram gravadas seguindo o estilo das outras: no gravador do celular. Não tive prejuízos sonoros com esse tipo de captação. A entrevista com a fundadora da Aciesp me surpreendeu de forma muito positiva, pois não estava esperando construir mais um capítulo com a entrevista dela.

As entrevistas com a psicóloga Mariane Antoniassi e com a professora Andrea Flores seguiram padrões diferentes de captação. A psicóloga não estava em Campo Grande no dia da entrevista, e aceitou gravá-la pela plataforma Google Meet. Já a professora não aceitou uma entrevista presencial, em decorrência da incompatibilidade de agenda, e solicitou que eu enviasse as perguntas por WhatsApp que ela responderia por texto. Senti que esse tipo de entrevista me prejudicou um pouco, pois Andrea Flores respondeu as perguntas de forma superficial. Fiz mais pesquisas quanto à legislação para incluí-las no meu livro-reportagem e complementar com a fala da professora.

Todas as entrevistas foram decupadas pela plataforma Transkriptor. Fiz um investimento de R\$ 49 por mês para poder ter acesso a uma versão mais completa do site. Não senti grandes prejuízos utilizando a Inteligência Artificial para a decupagem, mas sim me ajudou bastante e facilitou grande parte do processo. Algumas entrevistas



tiveram mais do que uma hora de duração, e levaria muito tempo para decupá-las uma por uma caso eu não tivesse investido nesse software.

Figura 1 - Decupagem entrevista com o delegado Camilo Kettenhuber

Camilo-delegado (t) | Seleccione o idioma | Aa | Aa | [Icons]

11/09/2023, 17:13:52 | 22:21 | Powered by Google Tradutor

Transkript | AI chat

- 00:00:00 Orador 1* Uhum então éramos eu era delegada adjunto na ocasião até minha sala era aqui do lado e aqui nessa sala estava o delegado titular que é meu amigo pessoal e
- 00:00:15 Orador 1* eu acho que era por volta de três horas da tarde estava sim acho que foi uhum chegou essa situação chegou a funerária aí com a tia da Franciele
- 00:00:31 Orador 1* e um dos Filhos. Uhuh. Né? Também acompanhando ela. Pra fazer inicialmente um boletim de ocorrência de SVO. SVO é serviço de verificação de óbitos
- 00:00:47 Orador 1* ocorrências registradas pra casos de morte natural. Todas aquelas mortes que não são mortes violentas. Quando a a investigadora chegou com a ocorrência pra eu assinar eu porque eu sempre olho primeira coisa a idade né? Da pessoa e quando eu vejo que é uma idade uma pessoa uma pessoa jovem eu busco no histórico da ocorrência algum histórico de doença eh
- 00:01:20 Orador 1* né? Infarto, diabetes, pressão alta, câncer. Que é fora disso, cé fala, poxa, a pessoa em tese é uma pessoa saudável, jovem, morreu como, né
- 00:01:33 Orador 1* são os dois elementos que eu sempre busco quando me chega uma ocorrência de morte natural. E eu observei que ela tinha vinte e seis anos e o histórico da ocorrência não apresentava nenhum tipo de doença
- 00:01:50 Orador 1* e aquilo me despertou um pouco a minha curiosidade e aí eu até comentei com o investigador eu falei nossa que estranho isso aqui porque falei olha tinha alguma doença alguma coisa? Ela falou assim
- 00:02:04 Orador 1* chefe eh eu não sei mas como o senhor está achando estranho eu vou te reportar. Eu falei olha ela está acompanhada do filho dessa vítima
- 00:02:19 Orador 1* no caso da Franciele e ele está muito nervoso. Eu falei não isso não está certo. Tem alguma coisa errada? Que que eu fiz? Entrei em contato com o médico do SVO
- 00:02:33 Orador 1* Falei não, OK vou mandar pra lá mas que ele deu uma olhada pra mim com carinho e verifique se de fato isso foi uma morte natural. O corpo bateu lá, ele me ligou. Ele falou, olha
- 00:02:47 Orador 1* Isso aqui não foi natural. E eu nunca vi um corpo com eh esses sinais assim de de tamanhas violências que nem eu estou vendo agora. Eu falei excelente
- 00:02:59 Orador 1* volta, nós arrumamos ocorrência, coloquei como morte a esclarecer que é como quando a gente tem é se trata de uma morte violenta, mas a gente não pode afirmar ainda

Figura 2 - Decupagem entrevista com João Vitor Mendes Moraes

João Vitor Mendes | Seleccione o idioma | Aa | Aa | [Icons]

26/09/2023, 22:36:56 | 56:48 | Powered by Google Tradutor

Transkript | AI chat

- 00:54:17 Orador 1* ponto aquele ignorou minha madrinha e nisso é uma agressão mas foi tipo assim tudo muito sei lá de certa forma inesperado no sentido de que não sei mas a eu lembro que a madrinha estava meio que tipo cara
- 00:54:31 Orador 1* falou comigo depois ela estava cansada sabe da situação de medo e tipo ela meio que sei lá foi tipo confrontar a situação e falar acho questionar o que que ele queria e enfim uhuh e não teve diálogo né de fato então foi sei lá estranho uma noite muito estranha definitivamente
- 00:54:49 Orador 1* quais sequelas? Eu acho que psicológicas o feminicídio ele deixa pra familiares e amigos cara a princípio assim eu acho que tem experiência
- 00:55:03 Orador 1* né? Him-huh. Não são tipo estações únicas mas tipo pra gente eu sei eu não sei diretamente falando pela Clara o voto é uma meia alheia só que pra mim tipo o que eu senti muito foi tipo numa questão de pânico muito forte
- 00:55:19 Orador 1* época, tipo, eu não tava tendo acompanhamento psicológico, então, eu fiquei, tipo, na dúvida muito forte, se eu tava, tipo, a desenvolver algum transtorno, sabe? Ahm.
- 00:55:33 Orador 1* Porque era questão de tipo assim, eu não conseguia ouvir, tipo, alguns barulhos muitos altos, tipo, alguma coisa muito brusca, sabe
- 00:55:49 Orador 1* imediatamente me sentia desconfortável, tipo assustada, tipo, principalmente. E eu fiquei assim por por um bom tempo, não dá pra te negar que em dois mil e vinte e um, praticamente inteiro, assim, foi basicamente isso. Eventualmente, às vezes, ainda, tipo, sinto um pouco desse desconforto quando sinto, tipo, alguns problemas de pancadas sem aleatórias, independente do contexto assim, me clica alguma coisa diferente e eu eu entro em alerta sim, em um pânico sutil, só que sinto que isso veio muito forte
- 00:56:02 Orador 1* eu não presenciei a agressão, mas ainda assim, tipo, sei lá, meio que nos, nos primeiros meses eu projetava muito isso na minha cabeça, sabe? Foi tipo, sei lá, vinha de como poderia ter sido agressão e eu, sabe, me contorcia demais, sabe? Tipo, era, era absurda. Acho que foi bizarro
- 00:56:18 Orador 1* ah o que que nosso cérebro permite criar sabe? Narrativamente do que foi a agressão justamente porque a gente não acompanhou né? Então assim eu acho que isso me torturou por um bom tempo então sei lá mas
- 00:56:31 Orador 1* inevitavelmente, né? Questão do luto ela traz, traz muitas muitas bagagens consigo, né? Então assim, você não conseguiu nem apontar de fato tudo que me trouxe de sequelas, mas um bloqueio emocional muito forte, eu sinto
- 00:56:46 Orador 1* soltando aqui

Figura 3 - Decupagem segunda parte da entrevista com Marcelly da Silva Santos



Marcelly TCC 2
08/10/2023, 21:49:31 53:50
Seleção o idioma
Powered by Google Tradutor
Aa Aa

Transkript **Ai chat**

deixar isso acontecer, que ninguém tem o direito de fazer isso com ela, seja e não levantar a voz, seja não empurrar, seja numa discussão mais calorosa.
Que a gente precisa mostrar para o outro que está errado, que a gente não tem que aceitar isso. Ficou muito claro para mim que foi uma falha quando meu irmão acendeu a luz e eu só perguntei quem era uhum e aí estou feliz, estou nova, vou mudar, vou casar e aí eu embalei no.
Na fala e específico, mas ele não parece, ele é vagabundo. Ele bate no pai na, sabe assim? Então a gente tem essa mania de, por uma venda nos olhos e fingir que não está acontecendo para a família.
Eu acho que ficou o peso do abandono, porque querendo ou não, por.
Família fosse família, a Fátima foi não só abandonada pelo pai, mas ela também foi abandonada pela família, porque ela era uma menina.
Programar?
Então?
Eu quero distanciar não tem jeito, essa não tem g, onde Ela Foi gótica? Agora ela é cigana, depois ela é espiritualista, então ela é alguém que não, que não se achou. Então as pessoas acabam se afastando, em vez de ajudar em vez de mostrar que eu acho que fica na família o vazio e talvez até a culpa de não ter agido antes. Não que a família tenha culpa, mas a gente precisa aprender que a gente tem sim que.
Se a bandeirinha vermelha subiu, a gente precisa alertar, a gente precisa mostrar porque coisas como essa não aconteça e não ficar quieto, sabe? Assim, não que nem se você está aqui, você vê e você mostrar para aquele cara que você está vendo que ele está fazendo.
Não é e que se ele passar daquele limite, ou você vai intervir, você vai chamar a polícia, você vai lá para ajudar, você vai tirar aquela pessoa dali, porque às vezes a pessoa está com medo, está com uma mão paralisada com o que está acontecendo, que ela não reage. E se você não der um choque a pessoa não acorde e o outro também, se sobressai. Acaba acontecendo o que aconteceu, infelizmente.
E qual é a minha tarefainha?

Figura 4 - Decupagem segunda parte da entrevista com Mariane Antonias

Mariane 2
19/10/2023, 21:35:29 27:10
Seleção o idioma
Powered by Google Tradutor
Aa Aa

Transkript **Ai chat**

Né? Ol, dor.
Também não, não é prova de amor, tipo ele bate, me bate porque me ama ou eu te bato porque eu te amo.
Também não. Também não é prova de amor, né? Se a gente for pensar em relações saudáveis, provas de amor é escutar prova de amor é acolher quando tiver. É, enfim, em situações que precisam ser acolhidas, é respeitar o status do outro e o seu.
Relacionamento, né? É conversar, ter diálogo, né? Chegar a um consenso se tem algo incomodando, é conversar sobre isso. É.
Então, ciúmes, dor, qualquer coisa que te tragam algum tipo de dano, não é amor?
É só para para a gente reforçar que vê aqui na cabeça é relacionamentos abusivos, não são só entre companheiros amorosos, certo?
Não, ele pode acontecer com amizades também. Uhum. Pode acontecer entre familiares, né? A gente vê uma maior incidência em relacionamentos amorosos, né? Eles têm mais notoriedade falando assim, né? Uhum, é, mas pode acontecer, porque relações são relações, né? Não necessariamente uma relação amorosa. Isso vai acontecer, pode acontecer em outras relações de amizade, entre na família, mãe, filho, pai e filho ou irmão, irmão, irmão, enfim.
E quando a gente fala a nível de relacionamento, não só em relacionamentos, é heteronormativos, né?
Não, não. Isso também pode acontecer em outros casais em casais lésbicos, em casais, enfim, LGBTQIA+.
Pode acontecer.
Né? Ele, quando a gente pensa em violência contra a mulher e relações abusivas como aqui, o foco é a mulher. Ele pode de fato acontecer em qualquer tipo de relacionamento, não necessariamente hétero.
Tá, maravilha, bom, eu vou encerrar aqui a gravação.

Figura 5 - Decupagem da entrevista com Ceurecy Santiago

Ceurecy
19/10/2023, 21:34:23 59:36
Seleção o idioma
Powered by Google Tradutor
Aa Aa

Transkript **Ai chat**

peessoa tirou a vida dela porque era melhor tirar a vida do que continuar sofrendo?
E ele não foi contabilizado como feminicídio, igual muitas vezes acontecem muitas violências domésticas que acontecem EE, elas não são registradas, como a violência doméstica. Ela só é registrada como vias de fato.
Então, eu acho assim que teria que ter um pouquinho mais de cuidado na hora de fazer toda essa esse sistema de de contabilizar a questão da violência doméstica, porque tem muito mais do que se propaga.
Muito mais.
E eu acho que a teoria está muito bonita, mas a prática é assustador. Uhum, nós estamos aí chegando em primeiro lugar.
É no Brasil, Mato Grosso, primeiro lugar em questão de violência doméstica.
E infelizmente, e aí as coisas, está tudo lindo, maravilhosas, uhum, mas a realidade de quem vive isso não está, não está.
Quando a gente pensa em veiculação desses casos de violência doméstica, veiculação na mídia é como a senhora acha que a mídia tem que ter um pouco mais de cuidado? E se a senhora já observou, é algum desrespeito dos jornais às vítimas de violência?
Olha, eu não, não. Isso e em relação a essa questão, eu nunca, nunca percebi isso, entendeu? Tem muitas, muitas é comentários. Por exemplo, quando AA mídia é propaga, né? A questão tem muitos comentários de pessoas que não têm o mínimo de dignidade e eu acho que é o mínimo de amor próprio, porque se você se ama como ser humano, você vai amar o seu próximo também, né? E não sabem a realidade do que acontece e aí colocam os comentários bem desagradáveis, Ah, ela apóia porque quer, detre ela apañhar.
Ah, porque se na primeira vez ela tomasse a atitude, não taria, não teria isso acontecido. Se chegou AA morrer assim foi porque ela não tomou providência antes.
Então eu não vejo um. Eu não vejo um descaço da mídia. Eu vejo um descaço de muitas pessoas que eu acho que não tem o mínimo de humanidade que que colocam esses comentários, né? Mas Na Na mídia não. E outra, a mídia, ela vai pelas informações que são entregues a ela. Hum, e ela não propaga uma coisa que não é entrega para ela. Então eu acho que é o que o que se entrega?



Figura 6 - Decupagem da entrevista com Marcia Paulino

Seleção o idioma
Powered by Google Tradutor

Transkript AI chat

00:38:48 SPK_2* Não, não, a gente tenta fazer. É. Nós falamos que a política pública para mulher ela é transversal. Uhum, né? Ela está sem a gente está sempre é dialogando com as demais políticas. Então política de educação não fazemos rodas de conversa, palestras nas escolas, né? Nos cras, na assistência, na saúde, na Na própria segurança pública, né? Está em em constante diálogo. Ela não é só uma. E não só pensar também na.

00:39:20 SPK_2* Na transformação dos padrões de gênero nas mulheres. Mas nos homens também, né? E essa coisa de dessa cobrança para o homem ser provedor, forte, corajoso, destemido, né? Isso também é uma construção que.

00:39:35 SPK_2* É negativa, uhum para os homens, e ela também é uma das formas de manutenção das violências, né? Tanto dos homens para com as mulheres quanto dos homens entre eles mesmos, né? Os homens são os que mais morrem por violência.

00:39:51 SPK_2* É, e os homens são os que mais matam tanto homens quanto mulheres, e são os que mais morrem também, né? Então, assim é, é um. É um contexto relacional, né? A gente sempre tem que pensar que existe a necessidade de interlocção com as demais políticas e existe OOA necessidade de pensar na violência como relacional, né? Violência de gênero, especificamente como relacional.

00:40:19 SPK_2* A violência doméstica e as demais violências de gênero que afetam as mulheres.

00:40:25 SPK_2* É só pra pra eu Fico, então vou finalizar com esse jeito depois, mas para finalizar mesmo é esse trabalho de acolhimento ao. Vamos supor, uma mulher com filho sofre violência. Esse trabalho de acolhimento dos filhos é da eles. Parte também da semel é da Secretaria de assistência social de.

00:40:45 SPK_2* Não existem 2 redes, né? Que a gente fala são são redes que se comunicam, mas são separadas. Então, na casa da mulher brasileira, apesar de ter a brinquedoteca, a brinquedoteca não tem a atribuição.

00:40:58 SPK_2* Do atendimento especializado a criança a escola qualificada, né? Isso não é feito lá. Então quando se observa que a criança precisa pelos impactos causados, né? Claro, a criança também sofre, né? Mesmo que ela não sofra violência diretamente, só o fato dela estar num ambiente de violência já impacta, né? Na Na sua, na produção da sua subjetividade, já impacta nos seus comportamentos, né? Então, a quando a equipe identifica que essa criança ou a criança às vezes relata, né, faz o encaminhamento, aciona o conselho tutelar e é encaminhado para a rede específica da criança, né? E do adolescente, então?

00:41:39 SPK_2* Não é. O atendimento da política pública para a mulher, ele é especializado no atendimento à mulher quando se observa a necessidade do atendimento especializado à criança, ela é encaminhada para a sua rede específica.

A ideia proposta no pré-projeto do “Além de um crime” era entrevistar, ao menos, três amigos e familiares de cada vítima. Ao longo do processo de produção, esse número foi reduzido para um amigo e um familiar, e apenas de uma vítima, a Venuzina de Fátima, em decorrência da acessibilidade das fontes, proporcionada pelo filho da vítima. Para suprir as necessidades de manter o relato mais humanizado possível, optei por abordar questões históricas e sociais do feminicídio e da violência doméstica. Por exemplo, como não consegui agendar entrevista com os familiares de Francielle - que foi uma vítima que teve sua imagem representada de maneira errônea pela mídia, com matérias que ressaltavam uma possível traição da parte dela acima do ato de crueldade ao qual ela foi submetida.

Fiquei, ao menos, um mês pensando como ela seria abordada no livro-reportagem. Um dia, no final de setembro, li uma reportagem da BBC intitulada 'Quem ama não mata': o feminicídio de 1976 que ajudou a mudar a Justiça brasileira², a qual foi fundamental para me ajudar na construção do capítulo 3, que une tanto a história de Francielle e Vênuz com a de Ângela Diniz, que foi morta pelo então marido no estado do Rio de Janeiro. O diferencial desse caso é como a vida de Ângela foi utilizada para colocá-la como responsável por seu próprio assassinato e, ainda, do argumento de “legítima defesa da honra” utilizado pela defesa do assassino Doca Street. Essa mesma história de justificar o crime com base em uma possível traição foi repetida tanto pelos assassinos de Francielle e Vênuz.

Outra questão que me auxiliou na construção desse capítulo sem o relato de amigos e familiares foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de derrubar, em agosto deste ano, o argumento de legítima defesa da honra em crimes de feminicídio. Isso foi essencial para traçar um panorama temporal da violência contra mulher no país. Para isso, foram citados trechos da sessão que proibiu esse tipo de argumento, a qual foi transmitida ao vivo pelo canal do Youtube do STF.

² Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce9n3eg3q4jo>



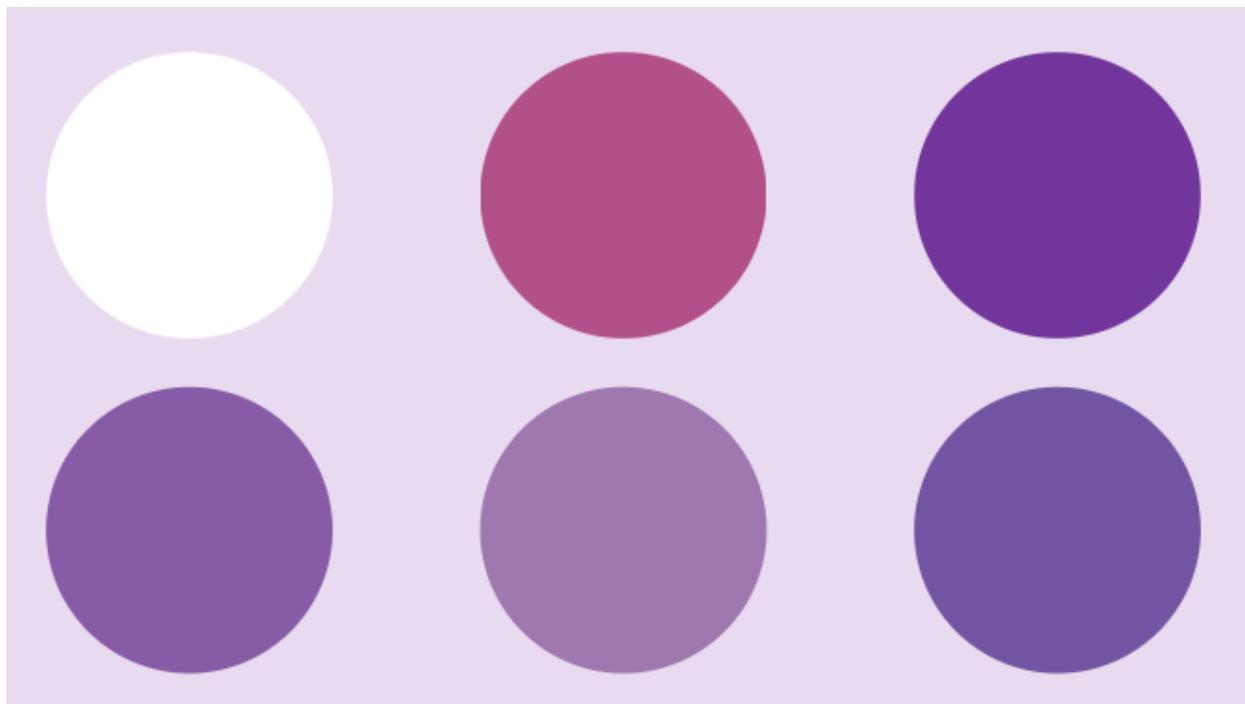
Projeto gráfico:

A ideia inicial era fazer uma versão impressa do “Além de um crime”, no entanto, optei por investir financeiramente na diagramação, não sobrando dinheiro para a impressão. Todos os infográficos e elementos visuais do livro foram elaborados pelo estudante de jornalismo Helder Henrique Nunes de Carvalho. O projeto gráfico foi pensando em conjunto com ele, pois a parte visual sempre foi a que eu mais tive carência durante os cinco anos em que fiquei no curso.

Também escolhi contratar o serviço de diagramação pois imaginei que a parte textual seria trabalhosa e tomaria grande parte do meu tempo. Assim, no início do semestre, contatei Helder - que sempre se destacou em materiais voltadas para a parte visual e diagramação - e expus minhas ideias para ele. De imediato, ele aceitou ser responsável por dar vida à parte gráfica e visual do Além de um crime.

A primeira parte que escolhemos juntos foram as cores a serem utilizadas no livro. Expliquei a ele que queria fugir de cores mórbidas, que remetesse a elementos de violência, como vermelho e o branco e preto utilizados juntos, que passam a impressão de um memorial a alguém. Queria uma coisa mais humanizada, mas que ainda assim casasse com a temática de violência doméstica e feminicídio. Após algumas conversas, Helder surgiu com a ideia de usarmos a cor lilás, em alusão à campanha contra a violência doméstica do Agosto Lilás. Assim, passei a buscar algumas paletas com a predominância dessa cor.

Figura 7 - Paleta de cores

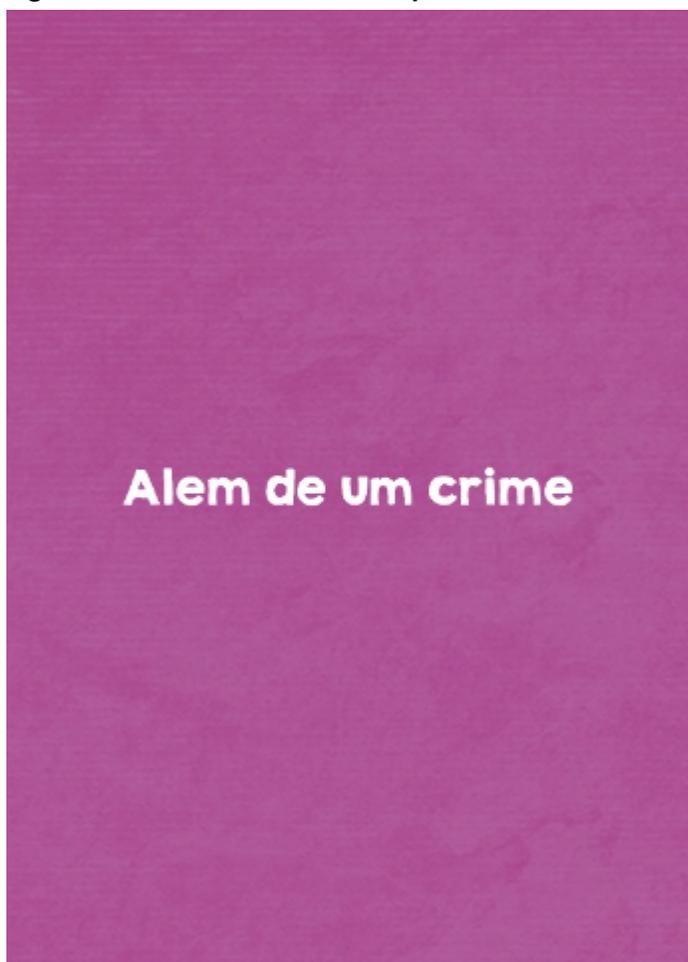




Quanto à tipografia, foi utilizada para os títulos das aberturas de capítulos e intertítulos a KG Second Chances Solid regular, para fugir de algo sóbrio e que remetesse a crime. No texto corrido, utilizamos a tipografia Perpétua regular, pois apresenta uma boa, além de ser fina e não pesar no design gráfico.

A utilização de desenhos na capa ao invés de fotografias reais se deu para evitar reproduzir o que a mídia tradicional retrata ao expor fotografias das vítimas. As ilustrações foram feitas também com Inteligência Artificial, com os aplicativos ToonMe e PicsArt. Antes da versão final, a capa recebeu um protótipo simples e minimalista, apenas com um fundo lilás e o título. Essa versão foi descartada porque achamos muito simples e que não remetia a um livro com a temática de violência doméstica e feminicídio.

Figura 8 - Primeira versão da capa



Após o descarte buscamos, então, incluir os desenhos de Vênuz e de Francielle. Eles foram feitos em colorido pela Inteligência Artificial e editados por mim para ficarem na cor roxa. Escolhi colocar as figuras em lilás para deixar um alerta aos leitores, sobre a importância do combate a violência doméstica e ao feminicídio porque, afinal, ambas



acabaram por ser assassinadas por seus parceiros. Foram cinco modelos de capa até, finalmente, escolhermos a versão final.

Figura 9 - Modelos de capa



1.2 Dificuldades Encontradas

Minhas maiores dificuldades encontradas foram quanto à receptividade das fontes durante a elaboração deste projeto. Como mencionado, muitos familiares mudaram de ideia ao longo do processo de construção do “Além de um crime”, enquanto outros sequer responderam às minhas tentativas de agendar uma entrevista ou iniciar o contato. Ao invés de ficar chateada com as fontes, escolhi entender o lado deles: são casos delicados e recentes. No caso de Francielle, o autor do feminicídio dela, Adailton foi apontado diversas vezes como agiota e possuía embates sérios com a filha da vítima. É compreensível que Érika tenha vontade de contar a história de sua mãe ao mesmo tempo em que é visível o medo do agressor. Dessa forma, não quis deixar apagada a história de Francielle, porém, respeitei a decisão dela de se manter em silêncio. Conte para a psicóloga Marcia Paulino dessa dificuldade em encontrar fontes. Ela me respondeu palavras que levei durante a construção desse



livro-reportagem: “Falar sobre o crime pode ser uma forma de revivê-lo. Ninguém quer isso”.

Outra grande dificuldade que tive foi quanto a conseguir o processo de feminicídio da Venuzina. Nem o Fórum de Campo Grande nem o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul responderam meus e-mails solicitando. Tentei acessar o sistema do TJMS de consulta processuais e, mais uma vez, não encontrei. Para driblar essa dificuldade, foram utilizadas matérias noticiadas em veículos de mídia de Campo Grande, conforme mencionado anteriormente.

Por fim, algo que me impactou muitas vezes na construção desse livro-reportagem foi a falta de tempo. Em 15 de agosto, além do jornal no qual eu fazia estágio, consegui uma vaga de repórter em uma revista aqui do estado. Nesse mês, mantive a jornada dupla nesses dois veículos. Desde setembro, dediquei-me integralmente somente à revista, de modo a faltar tempo para produzir o TCC. Assim, dividia o meu tempo da seguinte forma: das 08h às 18h, mexia com o portal, das 20h às 03h, escrevia o livro. Em alguns momentos, conseguia escrevê-lo durante pausas no portal. Mesmo assim, foi cansativo e senti que não tive tanta criatividade quanto gostaria, principalmente no capítulo 6, pois já estava exausta de escrever sobre o tema.

1.3 Objetivos Alcançados

O objetivo geral era contar a história de vida de duas vítimas de feminicídio em Campo Grande no ano de 2022 de uma maneira humanizada. Esse objetivo foi parcialmente alcançado, uma vez que necessitei estender a faixa temporal dos casos que ocorreram na capital a fim de manter a ideia de contar com amigos e familiares para a construção da narrativa das vítimas. O resultado, sobretudo, é satisfatório e perdeu a essência inicial, mesmo com as alterações feitas no decorrer da construção do produto final.

Considero, ainda, que alcancei o objetivo de “trazer relatos de pessoas próximas às vítimas”, tendo em vista as entrevistas cedidas por João Vitor Mendes Moraes, Marcellly da Silva e até Ceurecy Santiago que, com seu trabalho de acolhimento, detalhou algumas histórias de vítimas que se reergueram após quebrarem



o ciclo da violência doméstica. O objetivo de “humanizar a narrativa das vítimas de feminicídio” também foi alcançado com essa lógica.

Também listo como alcançado os objetivos de “abordar o contexto social das vítimas”, uma vez que os relatos dos amigos e familiares, bem como os depoimentos contidos em processos, contribuíram para a narrativa além do dia do crime e de episódios recorrentes de violência; “descrever circunstâncias que envolvem o feminicídio”, com a apresentação de um contexto sócio-histórico do patriarcado; e “apresentar canais de denúncia para mulheres vítimas de violência doméstica”, tendo em vista um infográfico inteiro dedicado ao tópico de denúncias.

A construção do material textual foi elaborada com sensibilidade e com base não só nos princípios do Jornalismo Humanizado, estabelecidos pelo professor Jorge Ijuim, mas também do “Minimanual do Jornalismo Humanizado”³ elaborado pelo coletivo feminista e organização não-governamental Think Olga, em 2016, com orientações para a cobertura jornalística em casos de violência contra a mulher e feminicídio.

³ Disponível em: [ThinkOlga_Minimanual_Parte_I_Violencia_Contra_Mulher.pdf](#)



2 SUPORTES TEÓRICOS ADOTADOS:

Mortas por serem mulheres

O feminicídio é um fenômeno social que ocorre em todo o mundo e se caracteriza pelo homicídio qualificado de mulheres por razões de gênero. O termo surgiu como uma forma de reconhecer que as figuras femininas são vítimas de uma violência específica, decorrente das desigualdades de poder entre homens e mulheres na sociedade.

O surgimento do termo feminicídio data do movimento feminista da década de 1970, como uma forma de nomear o assassinato de mulheres em razão do gênero. Foi utilizado pela primeira vez pela em 1976, pela pesquisadora e escritora sul-africana Diana Russell, no Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres, em Bruxelas, durante testemunho em processo sobre mortes de mulheres nos Estados Unidos e no Líbano (RADFORD; RUSSELL, 1992).

Depois de 15 anos, Diana Russell escreveu, em colaboração com Jill Radford, a obra *“Femicide: the politics of woman killing”* (“Feminicídio: as políticas de matar mulheres”, tradução nossa), na qual analisam mortes de mulheres por serem mulheres. Segundo Russell, o ódio a figuras femininas está presente em todo mundo desde a Idade Média, com a perseguição e o assassinato de mulheres acusadas de bruxaria. Essa era uma forma de controle social e de repressão às mulheres que desafiavam a autoridade masculina e a ordem estabelecida.

Radford destaca que, nos tempos modernos, o feminicídio tem suas raízes no controle e na dominação masculina sobre as mulheres, e que a violência de gênero é uma forma de manter essa dominação. Ela identifica três motivações principais por trás do feminicídio: sexual; poder e controle; e motivado por vingança.

O estudo dessas duas autoras é fundamental para a compreensão do feminicídio como uma forma de violência de gênero que tem suas raízes na cultura patriarcal e machista, e que se manifesta de diferentes formas, mas possui motivações que se repetem ao longo do tempo.

No que tange à violência de gênero, Bianchini et al. (2021) a descreve como aquela sofrida pela mulher mediante relações de poder, quando ela é colocada abaixo de figuras masculinas, ou seja, quando há submissão social da mulher perante ao



homem. A autora também explica que essa relação de poder advém dos papéis de gênero impostos pelo patriarcado, sendo este sistema responsável por manter a submissão feminina com base em instituições como família, religião, as leis e até a escola (LERNER, 1986). É importante, ainda, ressaltar que o patriarcado é um sistema que favorece homens em diferentes âmbitos da vida social e política, especialmente homens brancos, cisgêneros e heterossexuais.

Não só a submissão é imposta à mulher neste sistema, como também se dá a invisibilidade de seu papel como um ser com direitos. Não é difícil notarmos o patriarcado e a violência de gênero na história das mulheres no Brasil. Historicamente, as mulheres foram excluídas de espaços de poder e decisão. Um dos exemplos mais notórios deste fato é justamente o direito ao voto feminino, estabelecido no país apenas em 1932, cerca de dez anos após a luta pelo direito ao voto travada pelo movimento feminista brasileiro do início do século XX, mais especificamente, de 1919. (FARIAS ALVES, SILVA ALVES, 2007)

Essa exclusão das mulheres brasileiras resultou em uma cultura de opressão e submissão que se perpetua até os dias atuais. A violência doméstica no Brasil é uma manifestação clara dessa cultura patriarcal, que atitudes agressivas contra as mulheres e justifica essas ações como um direito do homem.

Violência contra mulher

É impossível falar sobre feminicídio e sobre a luta das mulheres por direitos sem passar pelo tópico da violência contra mulher. Segundo a Lei nº 11.340/2006, conhecida como 'Lei Maria da Penha' - a qual trouxe mecanismos para proteção da mulher no âmbito doméstico e familiar - a violência contra a mulher se manifesta de diversas formas, como agressão física, psicológica, sexual, moral e patrimonial (BRASIL, 2006). Essa violência exprime uma das maiores formas de violação contra os direitos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1946), uma vez que se atrela ao descumprimento aos direitos à vida, saúde e integridade física, dentre outros.

A violência doméstica é uma das principais causas de feminicídio no estado, conforme destacou a Subsecretária Municipal de Políticas para as Mulheres (Semu) de



Campo Grande, Márcia Paulino em entrevista concedida ao G1 MS em dezembro de 2022⁴, e muitas vezes os agressores são companheiros ou ex-companheiros das vítimas. Contudo, os autores não são somente apenas a pessoas com vínculos amorosos com as vítimas, podendo ser pai, irmãos, tios, primos, enfim, familiares que estejam inseridos no ambiente doméstico das mulheres. Conforme Russell e Radford (1992), o local onde as mulheres deveriam se sentir protegidas, o próprio lar, é um ambiente de insegurança para elas, uma vez que ali estão propícias a serem vítimas de violência por parte de familiares ou cônjuges. As autoras também pontuam que a violência doméstica é um fenômeno complexo que envolve relações de poder e submissão - estas ligadas ao patriarcado.

Outro ponto a ser ressaltado, haja visto que é amplamente debatido pelas pesquisadoras, é quanto a importância de existir uma rede de proteção às mulheres vítimas de violência, um problema não somente de âmbito privado, mas que também necessita de uma grande atuação do poder público. A Lei nº 11.340/2006 foi sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como uma forma de criar justamente os mecanismos de proteção às vítimas de violência doméstica.

A Lei em questão assegura em seu Artigo 2 a aplicação dos direitos a todas as mulheres, independente de “classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião” (BRASIL, 2006, n.p.). Conforme Carneiro e Coelho (2020), ainda que a Lei Maria da Penha instaure recursos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como busque a garantia dos direitos previstos pela Declaração Universal Direitos Humanos (1946), não prevê em seu texto aumento de pena para casos de assassinato de mulheres motivadas por questões de gênero. Quase dez anos depois, essa garantia veio com a Lei 13.104/2015, conforme pontuado por Bianchini et al. (2021):

Passou-se mais de uma década desde a promulgação da Lei Maria da Penha, contudo, nem mesmo há unanimidade sobre quais critérios devem ser utilizados para sua aplicação. O feminicídio é figura ainda mais nova, com ampliação que abrange a complexidade de enquadramento da violência doméstica e familiar e,

4

Disponível em:
<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/12/28/ms-tem-recorde-historico-de-feminicidio-em-2022-e-ntenda-o-que-ha-por-tras-dos-assassinatos-de-mulheres.ghtml>



ainda, quaisquer ações homicidas com menosprezo ou discriminação à condição de mulher (BIANCHINI et al., 2021, p. 285).

Desta forma, é notória a evolução das leis que garantem mecanismos de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, no entanto, a continuação da formulação e debate de novas legislações para coibir esses crimes ainda é urgente.

Lei do Femicídio

A qualificação do feminicídio como crime hediondo é recente no mundo jurídico. No Brasil, isso ocorre somente em 09 de março de 2015, quando a então presidenta da República, Dilma Rousseff sanciona a Lei nº 13.104/2015, que altera o artigo 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), para incluir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Com a mesma Lei, também alterou o artigo 1º da Lei nº 8.072/1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Antes de chegar a esse entendimento, o feminicídio era previsto de maneira errônea como crime passional, isto é, aquele movido pelos sentimentos de ciúmes, amor e paixão (BIANCHINI et al., 2021).

O reconhecimento do assassinato de mulheres por questões de gênero pode ser atribuído a movimentos feministas que se engajaram na luta por políticas públicas a fim de identificar a violência de gênero como um problema social o qual precisa ser enfrentado de maneira específica, isto é, com o reconhecimento do feminicídio como crime autônomo, a partir de agravantes em relação aos homicídios comuns, para que a justiça pudesse reconhecer as motivações de gênero por trás das mortes violentas de mulheres.

Bianchini et al. (2021) debatem que antes da criação da Lei do Femicídio, o assassinato de mulheres era julgado como homicídio simples ou agravante de privilégio, ou seja, quando praticado sob violenta emoção, motivo de relevante valor social ou relevante valor moral. Desta forma, estudiosos como Cabette (2015) e Porto (2016) defendem a existência de legislações específicas que mantenham a qualificadora do feminicídio quando o assunto é o assassinato de mulheres por questões de gênero.



O texto da Lei 13.104/2015 elenca três situações que configuram o feminicídio nos seguintes termos:

LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015.

[...]

Feminicídio

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

§ 2º -A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. (BRASIL, 2015)

A Lei prevê o aumento da pena em até 50% caso o crime seja praticado durante a gestação da vítima ou no período de três meses após o parto; contra pessoa com deficiência; menores de 14 anos e maiores de 60; e na presença de ascendente ou descendente. A pena atual é de 12 a 30 anos.

Com esta legislação, o feminicídio é enquadrado apenas como uma qualificadora do crime de homicídio, mas o Projeto de Lei 1.568/2019⁵, de autoria da deputada Rose Modesto (UNIÃO/MS), aprovado pela Câmara dos Deputados em 2021, prevê a transformação desta qualificadora em crime autônomo e estipula aumento da pena mínima para 15 anos e máxima para 30 anos. Na forma atual, sua ementa aponta que ele:

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e 8.072, de 25 de julho de 1990, para considerar o feminicídio crime autônomo, aumentar a sua pena, tornar mais rígida a progressão de regime e vedar a concessão de saída temporária ao condenado que cumpre pena pela prática de feminicídio. (PL 1.568/2019, 2019, n.p.)

Durante a tramitação do projeto, foram sugeridas três emendas: a Emenda nº 1 pretende incluir o feminicídio no novo art. 121-A do Código Penal, a fim de mantê-lo no rol de crimes hediondos; a Emenda nº 2 prevê alteração do Artigo 147 do Código Penal para aumentar a pena do crime de ameaça e multa; por fim, a Emenda nº 3 discorre

⁵ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2194454>



sobre a modificação do Artigo 141 do Código Penal para aumento de pena dos crimes contra a honra quando cometidos no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher. A relatora do PL, deputada Policial Katia Sastre (PL-SP) rejeitou as emendas sob justificativa:

A modificação proposta na Emenda de Plenário n.1, de autoria do nobre deputado Fabio Trad já está constante no texto do substitutivo apresentado, não havendo necessidade de aprovar, assim, a referida emenda.

A Emenda de Plenário n. 2, apresentada pelo nobre deputado Julio Cesar Ribeiro, trata do agravamento de pena para o crime de ameaça. A modificação proposta apesar de meritória deveria ser tratada em outro projeto de lei, visto que não tem relação com o crime de feminicídio, objeto do presente projeto.

A Emenda de Plenário n. 3 também de autoria do nobre deputado, não guarda harmonia com as propostas ora analisadas, que pretendem endurecer o tratamento penal aos autores do crime de feminicídio. (Parecer às Emendas de Plenário ao PL nº 1.568/2019, 2021, p. 3)

Retornando ao Plenário, não houve novas sugestões de emendas. Depois de aprovado na Câmara, o Projeto de Lei foi encaminhado ao Senado Federal em 19 de maio de 2021 para apreciação do texto, onde segue sem andamento.

Em terras sul-mato-grossenses

O primeiro caso registrado como feminicídio no Estado foi o de Ísis Caroline da Silva Santos, com 21 anos na época. A mulher foi asfixiada até a morte em Ribas do Rio Pardo, conforme indica notícia disponível no site do Ministério Público de Mato Grosso do Sul. O autor do crime, o ex-companheiro da vítima, Alex Armindo Anacleto de Souza, foi condenado em 2017 a 26 anos de prisão, “por homicídio qualificado por Feminicídio, dissimulação, asfixia e motivo torpe, além do crime de ocultação de cadáver previsto no art. 211 do Código Penal” (LEITE, 2017, n.p.).

Em Mato Grosso do Sul, o feminicídio é uma realidade preocupante e que demanda ações urgentes para prevenção e combate a esse tipo de violência. Segundo dados do Atlas da Violência 2021⁶, o estado de Mato Grosso do Sul apresentava uma taxa de feminicídio de 2,6 a cada 100 mil mulheres, o que colocava o estado em 8º lugar no ranking nacional dos estados mais agressivos com mulheres.

⁶ Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/212/atlas-da-violencia-2021>



Segundo dados do Monitor da Violência de 2022⁷, elaborado pelo G1, em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Mato Grosso do Sul se caracterizou como o estado com maiores índices de feminicídio em 2022, com 3,4 a cada 100 mil mulheres assassinadas. Em números absolutos, foram registrados pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) 42 casos de feminicídio naquele ano, o maior registro desde o ano em que a Lei 13.104/2015 entrou em vigor no país.

O produto

O livro-reportagem é uma alternativa para tratar de um assunto com maior profundidade. Segundo Belo (2006), “A cobertura da imprensa, de modo geral - do noticiário local à política, do esporte à economia - tem se tornado mais burocrática e superficial, obrigando os profissionais interessados na reportagem a procurarem outros caminhos”. Além da possibilidade do aprofundamento de um determinado tema e desdobramentos maiores, esse formato também proporciona ao jornalista uma maior liberdade criativa.

Não há um tema específico a ser abordado por um livro-reportagem. O produto final pode tratar tanto de reportagens que envolvam questões políticas, sociais, culturais, econômicas, criminais quanto biografias e relatos de acontecimentos históricos. Cabe ao repórter uma pesquisa jornalística detalhada, podendo ser consultados documentos, processos, denúncias, registros policiais, realizadas entrevistas e análise dos dados relativos ao assunto.

O primeiro livro-reportagem publicado no Brasil foi ‘Os Sertões’, de Euclides da Cunha. Na obra de 1903, o jornalista aborda o conflito entre uma comunidade sertaneja, liderada por Antônio Conselheiro, e autoridades governamentais que ocorreu no Interior da Bahia durante 1896 e 1897. A revolta ficou conhecida como ‘Guerra dos Canudos’ e foi coberta por Euclides da Cunha para o jornal O Estado de S. Paulo. Além de discorrer sobre o conflito em si, a obra traz descrições sobre as características

⁷ Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/projetos/projetos-especiais/monitor-da-violencia/>



físicas das terras nordestinas e o contexto social do homem sertanejo, “oriundo da miscigenação e exclusão secular”. (CUNHA; CORRÊA, 2019, p. 79)

Cunha e Corrêa (2019) debatem que o livro escrito por Euclides da Cunha se utiliza de apuração e linguagem jornalística para descrever os acontecimentos do sertão baiano. Pontuam ainda que o jornalista utiliza métodos do jornalismo, como entrevista e pesquisa, para elaboração do produto.

Belo (2006) define como características principais deste produto uma linguagem clara e objetiva e uma narrativa envolvente. Por meio do livro-reportagem, o jornalista possui maior possibilidade de proporcionar ao leitor emoções e envolvimento com o fato abordado. Mas Belo pontua que o repórter deve ser o mais fiel possível aos fatos descritos, de modo a manter a veracidade e precisão das informações. Dessa forma, a credibilidade do produto final é garantida.

Esse gênero jornalístico em questão também se utiliza do literário, um gênero onde o autor pode atrelar a objetividade jornalística à subjetividade. Assim como no livro-reportagem, a criatividade está presente no jornalismo literário. Para a elaboração do produto final, também pretendo utilizar da maior amplitude do tema e da maior liberdade narrativa para trazer ao leitor uma imersão na história das vítimas e no contexto de crimes de feminicídio em Campo Grande no ano de 2022.

Dignidade às vítimas

Falar sobre histórias de vítimas é esbarrar no jornalismo humanizado. Essa abordagem da área atribui maior enfoque à empatia na produção de notícias e se baseia em correntes humanistas, isto é, que colocam o ser humano no centro das histórias. Dois autores deste tópico são Jorge Ijuim e Studs Terkel, ambos defensores de uma produção humanizada dos materiais jornalísticos.

No que tange ao fazer jornalístico, Ijuim (2012) o define como uma ação humana. Segundo o autor, o jornalismo é, em sua essência, humanizado, isso porque utiliza a comunicação, uma ação totalmente humana, como meio para se concretizar. O debate levantado pelo autor diz respeito à humanização das vítimas e a existência de um jornalismo que desumaniza as fontes. O professor e jornalista defende que a produção



de notícias deve deixar de lado o enfoque aos dados e ser realizada com base na empatia e na exaltação da história das fontes. Dessa forma, a produção se afasta de um jornalismo frio e transmite ao leitor uma sensibilidade que pode ser transformada em ações concretas de mudanças sociais.

Para ilustrar suas ideias, Ijuim utiliza-se de exemplos de matérias jornalísticas que são marcadas por estereótipos e preconceitos, especialmente em relação a grupos marginalizados e perseguidos, como povos originários, professores da rede pública de ensino e até mesmo a mulheres que recorrem à prostituição como forma de sustento. Segundo o autor, os jornais reproduzem essas ideias porque uma parcela da população pensa desta maneira, o que “não significa, evidentemente, que o todo desta sociedade tenha que concordar com tal comportamento” (IJUIM, 2012, p.127). Outro ponto debatido pelo jornalista é que a estruturação da imprensa também interfere na propagação destes estereótipos e preconceitos.

Uma questão ética debatida é a possibilidade do jornalista de contar as dores do mundo e também provocá-las. Quando se trata de jornalismo humanizado, o autor reforça que as produções podem ser mais sensíveis e deixar de lado preconceitos existentes e reproduzidos há anos na sociedade.

Por isso mesmo, não é difícil encontrar equipes de reportagem que, ou se apegam à primeira impressão diante do que “observam”, e fazem pré-julgamentos, censuram, julgam e condenam; ou se apegam cegamente a dados e informações de fontes oficiais, de “autoridades” científicas, e também julgam e condenam. Assim, a cultura, a história, o não dito, o não revelado no imediato, são desprezados (IJUIM, 2012, p. 131).

A sensibilidade exigida vai contra um dos fatores defendidos pela ética jornalística, o que determina ao profissional da mídia uma série de condutas que buscam manter a integridade, a objetividade e a precisão nas produções, sendo esta o comprometimento com os fatos. A reprodução de diferentes posicionamentos quanto a um mesmo fato permite que os leitores, espectadores e ouvintes formem suas próprias opiniões. Quando a ética jornalística e a humanização das fontes caminham juntas, o jornalista tem a possibilidade de entregar reportagens sensíveis e empáticas, que auxiliem na mobilização da sociedade.



Cobertura jornalística do feminicídio

No dia 1º de junho de 2015, a jovem Isis Caroline da Silva Santos desapareceu em Campo Grande (MS) após sair de casa, no bairro Pioneiros, para ir ao supermercado. As filhas de Isis Caroline, que tinham 3 e 6 anos na época, foram encontradas sozinhas e trancadas no apartamento em que viviam com a mãe. Ao noticiar o caso, cinco dias antes de o corpo da jovem ser encontrado em Ribas do Rio Pardo (MS) e um dia de o ex-marido da vítima, Alex Arlindo Anacléto de Souza ser apontado como o principal suspeito pelo desaparecimento dela, o jornal on-line Campo Grande News tratou o caso como “abandono de incapaz”.

Segundo a professora Silvana da Silva Barino, 32 anos, vizinha da família, Isis saiu ontem à noite para ir até o mercado. “Ela não apareceu e as duas meninas, de 3 e 6 anos, estão trancadas no apartamento até agora”, relatou. [...] A professora se comunica com as meninas pela janela do apartamento. “Tudo está revirado, as crianças estão sujas, sem roupa de frio, a menor está urinada e elas reclamam de fome”, disse (BRUM; DIÓGINES, 2015, n.p.).⁸

Uma questão ética debatida é a possibilidade do jornalista de contar as dores do mundo e também provocá-las. Quando se trata de jornalismo humanizado, Ijuim (2011) reforça que as produções podem ser mais sensíveis e deixar de lado preconceitos existentes e reproduzidos há anos na sociedade. Seguindo essa lógica, no mesmo ano em que noticiou o feminicídio de Isis Caroline, o portal Campo Grande News publica em outubro a notícia sobre o 3º feminicídio de 2015, que teve como vítima Izabel de Oliveira Almeida intitulada “Apesar de agressões por 8 anos, esposa nunca denunciou assassino”. Ao utilizar o advérbio “apesar”, o jornalista impõe à vítima um julgamento de valor, e “Não é ciúme e a culpa nunca é da vítima. A principal causa dos crimes de violência contra as mulheres é a naturalização da desigualdade entre os gêneros, que leva o agressor a se sentir no direito de possuir, controlar e ‘disciplinar’ a mulher ou a ex-mulher” (PRADO; SANEMATSU 2017, p. 143).

O coletivo feminista e organização não-governamental *Think Olga* elaborou em 2016 um documento com orientações para a cobertura jornalística em casos de violência contra a mulher e feminicídio intitulado “Minimanual do Jornalismo

⁸ Disponível em: [Mãe desaparece ao ir ao mercado e filhas ficam trancadas em casa - Capital - Campo Grande News](#)



Humanizado”⁹. O documento elenca termos utilizados em matérias jornalísticas que podem contribuir para propagação do machismo e misoginia na cobertura de fatos. Um dos pontos levantados pelo coletivo feminista é que muitos jornalistas optam por abordar o passado da vítima e até “romantizar” os autores das agressões:

Essa é a principal falha nas matérias jornalísticas que abordam tanto violência doméstica quanto feminicídios. Se por um lado as vítimas de estupro têm sua conduta posta à prova na busca machista por razões que a responsabilizariam pelo crime, agressores e assassinos de mulheres têm o seu passado revirado em busca de bons antecedentes que revelem sua violência como um traço de loucura (THINK OLGA, 2016, p.18).

Esse tipo de cobertura jornalística pode ser visto na imprensa sul-mato-grossense quanto aos casos em questão. O portal G1 MS, ao noticiar o feminicídio de Franciele Guimarães, traz falas que o próprio feminicida utilizou para justificar o crime:

Medo de ser abandonado ou traído levou Adailton Freixeira da Silva, de 46 anos, a torturar a esposa Francielle Alcântara Guimarães, de 36 anos, várias vezes ao longo de 20 dias. Pelo menos essa é a versão que ele contou a polícia após ser preso pelo crime brutal. Ao falar dos dias de agressão, afirmou que punia a mulher quando se sentia “inseguro” no relacionamento (BARROS et al, 2022, n.p.).¹⁰

Em contrapartida, na mesma notícia, os jornalistas optam por utilizar o termo “feminicida” ao se referir à Adailton Freixeira da Silva, o que, conforme o Minimanual elaborado pela *Think Olga* é um acerto.

⁹ Disponível em: [ThinkOlga_Minimanual_Parte_I_Violencia_Contra_Mulher.pdf](#)

¹⁰ Disponível em: [Acusado de matar esposa após torturá-la com choques e pauladas é condenado a 24 anos de prisão | Mato Grosso do Sul | G1 \(globo.com\)](#)



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É comum se questionar, durante os anos de graduação em Jornalismo, qual seu propósito no mundo e como profissional. Durante os cinco anos em que fui acadêmica do curso, perguntei-me diversas vezes se eu tenho, de fato, um propósito dentro do Jornalismo. Nesses anos de graduação, escrevi sobre assuntos variados que iam desde opiniões políticas durante a pandemia até narrativas de mulheres em diferentes áreas e percebi que esse é o enfoque que eu mais me familiarizo: ressaltar que mulheres ocupam diversos espaços desde cargos em áreas predominantemente machistas ao mesmo tempo em que acabam por terem suas vidas interrompidas apenas por serem mulheres.

Para a criação do meu Trabalho de Conclusão de Curso, quis trazer um assunto muito recorrente na mídia - o feminicídio e a violência contra mulher - com um enfoque diferente. Por que não contar que mulheres têm histórias e vivências antes de serem estatísticas de crimes hediondos, machistas e patriarcais? E foi justamente isso que busquei fazer - e considero que foi feito.

O mais moroso durante a produção foi, definitivamente, a rejeição das fontes ao tema. Porém, conforme mencionado no item 1.2, é totalmente compreensível essa recusa em falar sobre um assunto tão pessoal e de memórias de crimes bárbaros.

Criar o "Além de um crime", apesar de um resultado satisfatório, foi muito desafiador. Primeiramente pela necessidade de uma sensibilidade extrema ao abordar a história das vítimas de maneira a não colocá-las como culpadas de suas próprias mortes, uma vez que não são, e também pela exaustão que um tema pesado causou. Mesmo assim, fiquei feliz com o produto final e espero poder deixar minha contribuição na conscientização sobre a importância de assistir vítimas de violência doméstica, a fim de evitar que acabem com seus destinos encerrados por homens.



4.REFERÊNCIAS

ALVES, A. C. F.; ALVES, A. K. S. **As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres.** IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social 29 a 31 de maio de 2013 – Fortaleza – CE – UECE – Itaperi. Disponível em: <http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17225-08072013-161937.pdf> Acesso em: 11 maio 2023.

BEJARANO, C. Homem que torturou e matou mulher na Capital é preso em MT. **Correio do Estado**, Campo Grande, 01 fev 2022 Polícia. Disponível em: <<https://correiodoestado.com.br/cidades/policia/homem-denunciado-por-tortura-e-morte-da-mulher-em-campo-grande-e-pres/396063/>>. Acesso em: 9 abr. 2023

BELO, Eduardo. **Livro-reportagem.** São Paulo, SP: Contexto, 2006. 139 p..

BIANCHINI, A.; BAZZO M.; CHAKIAN, S. **Crimes contra Mulheres:** Lei Maria da Penha. Crimes Sexuais. Femicídio. 3ª ed. Salvador/BA: jusPodivm, 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm> Acesso em: 11. maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015.** Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 -Código Penal, para prever o feminicídio como



circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em: 11. maio 2023.

CUNHA, M.J.C.; CÔRREA, V.A.; Os Sertões: de Correspondência de Guerra a Livro-Reportagem. **Revista FSA**, Teresina, v. 16, n. 1, art. 4, p. 75-98, jan./fev. 2019. Disponível em: <<http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1709/491491724>> Acesso em: 11 maio 2023.

GEBRIM, L.M.; BORGES, P.C.C. Violência de gênero: Tipificar ou não o femicídio/feminicídio?. **Revista de Informação Legislativa**, S.L., ano 51, n. 202, abr./jun. 2014.

IJUIM, J.K. Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas. **Comunicação Midiática**, Florianópolis, v.7, n.2, p.117-137, maio/ago. 2012.

LEITE, A.P. No primeiro caso de Femicídio registrado do Estado, réu é condenado a 26 anos de reclusão em regime fechado. **Ministério Público**, Ribas do Rio Pardo, 15 de setembro de 2017 MP Notícias. Disponível em: <<https://www.mpms.mp.br/noticias/2017/09/no-primeiro-caso-de-feminicidio-registrado-do-estado-reu-e-condenado-a-26-anos-de-reclusao-em-regime-fechado#>>

LERNER, G. **A Criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.

LENZI, A.; MARTINS, G. L.. Jornalismo nativo digital regional: um estudo do pioneiro Campo Grande News. **Esferas**, (17), 37-48. <<https://doi.org/10.31501/esf.v0i17.11046>>



LIMA, R. M. . A Qualidade da Informação do Jornalismo Online Diante da Velocidade de Atualização. **BOCC**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação , v. 0000, p. 02-12, 2010.

PASINATO, W. “Femicídios e as mortes de mulheres no Brasil”. **Cadernos Pagu** [online]. 2011, nº 37, p. 219-246. ISSN 0104-8333. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/k9RYCQZhFVgJLhr6sywV7JR/abstract/?lang=pt>>.

Acesso em: 15 de maio 2023.

PRADO, D.; SANEMATSU, M. **Femicídio #InvisibilidadeMata**. Fundação Rosa Luxemburg. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017

RUSSELL, D.; RADFORD, J. **Femicide: The Politics of Woman Killing**. Nova York: Twayne Publishers, 1992. Disponível em: <<http://www.dianarussell.com/f/femicde%28small%29.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2023.

APÊNDICES

Figura 10 - Infográfico tipos de violência contra mulher





Figura 11 - Infográfico feminicídio





Figura 12 - Infográfico canais de denúncia parte 1



Figura 13 - Infográfico canais de denúncia parte 2

